



Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium



ARTICLES/ARTIGOS/ARTÍCULOS/ARTICLES

A Violência Doméstica Contra Crianças e a Formação de Professores: um elo a ser estreitado

Mestre Daniela Ando

Mestre pelo Programa Pós-Graduação Em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Rua Ministro de Godoi, 969 - 4º Andar, Sala 4E-15 – Telefone/Fax: (11) 3670-8514, CEP: 05015-901, Perdizes - São Paulo/SP. **E-mail:** daniela.a.ando@gmail.com

Doutora Marina Graziela Feldmann

Docente pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Rua Ministro Godói, 969- 4andar, Sala E- 15-Telefone/Fax: 11(36708514), CEP: 05015-901. **E-mail:** feldmnn@uol.com.br

RESUMO

ARTICLE HISTORY

Received: 10 June 2012

Accepted: 28 August 2013

PALAVRAS-CHAVE:

Escola

Violência doméstica

Formação de professores

Por meio de pesquisas, tem-se conhecimento de que a violência contra crianças é igualmente difundida entre os vários segmentos da sociedade. O presente trabalho pretende socializar algumas reflexões sobre o problema da violência doméstica contra crianças e as implicações na formação de docentes. Destacamos a formação continuada dos professores, compreendendo a importância da conscientização da classe sobre a gravidade do problema da violência doméstica e os danos por ela ocasionados. Compreendemos que o contexto escolar não pode resolver todos os casos de violência doméstica; no entanto, a escola tem possibilidades, por meio do esforço coletivo de todos os profissionais que ali se encontram, de criar, reconstruir paradigmas, concepções e conceitos, assim como instituir práticas que podem levar o ambiente a modificar o cenário da violência que atinge inúmeras crianças e adolescentes.

KEY-WORDS:

School
Domestic violence
Teacher education

ABSTRACT – DOMESTIC VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND TEACHER EDUCATION: A LINK TO BE NARROWED. Through innumerable researches, it has been learnt that violence against children is equally spread among various segments of society. This study aims at socializing some reflections on the problem of domestic violence against children and its implications for teacher education. Continuing teacher training, understanding the importance of class awareness on the seriousness of domestic violence and the harm caused by it is highlighted throughout the study. It is understood that the school environment cannot solve all cases of domestic violence. However, schools have possibilities, through the collective efforts of all present professionals, to create, rebuild paradigms, notions and concepts, as well as establish practices that can lead the environment to modify the violence scenario that affects countless children and adolescents.

RESÚMEN:

Escuela
Violencia doméstica
Formación docente

RESÚMEN –. VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA LOS NIÑOS Y LA FORMACIÓN DOCENTE: UM ELANCE PARA SER REDUCIDO. A través de la investigación, hemos aprendido que la violencia contra los niños es igualmente diseminada entre los diversos segmentos de la sociedad. Este trabajo tiene como objetivo socializar algunas reflexiones sobre el problema de la violencia doméstica contra los niños y las implicaciones en la formación docente. Resalte la formación continua de los profesores, la comprensión de la importancia de la sensibilización de la clase sobre la gravedad del problema de la violencia doméstica y el daño que causó. Entendemos que el contexto escolar no puede resolver todos los casos de violencia doméstica, sin embargo, la escuela tiene posibilidades, a través de los esfuerzos colectivos de todos los profesionales que están ahí, crear, reconstruir paradigmas, concepciones y conceptos, así como establecer prácticas que pueden llevar el ambiente para modificar la situación de violencia que afecta a sinnúmero de niños y adolescentes.

Introdução
Palavras iniciais

Diante das mudanças sociais, os professores precisam atuar como artistas que prepararam o figurino para uma apresentação, em um cenário momentaneamente “conhecido”, quando, de repente, são obrigados a trocá-lo em virtude da mudança repentina de ambiente. Nessa analogia, é possível perceber os inúmeros “cenários” com os quais o professor se depara diariamente em sala de aula e a

necessidade dele estar atento a possíveis modificações em sua prática. Adquirir tal sensibilidade não é tarefa fácil.

Esses “cenários”, enfrentados diariamente pelos professores, são resultados do impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que vêm afetando a escola. Na atualidade observa-se que não basta o docente ser perspicaz com os saberes de sua disciplina, se não for capaz de lidar com os sentidos, significados sociais e humanos da vida cotidiana dos alunos. O professor se depara, no contexto escolar, com atos tensos, como violência, indisciplina, drogas e muitos outros, que exigem a mobilização de conhecimentos, valores e atitudes na busca permanente da interpretação e da reinterpretação dessas situações.

Feldmann (2009) aponta que formar professores, na realidade atual, é deparar-se com incertezas e inseguranças; “o professor se vê muitas vezes inseguro, com muitas incertezas diante de seu papel e da própria função social da escola e do trabalho docente a ser realizado” (p. 77). Por isso, é indispensável que a formação de professores trate de questões sociais, culturais e econômicas, para que esses visualizem a condição social emergente como oportunidade a ser aproveitada, instigando discussões e ações, com o objetivo de envolver os discentes no seu próprio processo de formação. Assim, consideramos a formação de professores como um debate crucial para a efetivação do trabalho preventivo e de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes.

O presente trabalho pretende socializar algumas reflexões sobre o problema da violência doméstica contra crianças e as implicações na formação de professores sob a luz de um conjunto de autores. Nesta busca, destacamos fundamentalmente quatro temas a serem considerados. O primeiro procura entender o fenômeno da violência doméstica e sua complexidade. O segundo direciona o conteúdo a uma compreensão das modalidades de violência doméstica contra crianças. O terceiro destaca a ação da escola perante a violência doméstica contra criança e adolescentes. E, finalmente, o quarto tema centra-se em discutir a violência doméstica e suas implicações na formação de professores.

Violência doméstica contra crianças e adolescentes

Compreendemos violência doméstica contra crianças e adolescentes como todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, que – sendo capazes de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica – implica, de um lado, a transgressão do poder/dever de proteção do adulto, isto é, na negação do direito de crianças e adolescentes a serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Crianças e adolescentes são vítimas de violência doméstica e institucional no interior das famílias, nas escolas e em instituições, como internatos e albergues, recebendo como justificativa a necessidade de educação e correção. Consideramos esses dois grupos como os mais vulneráveis a sofrerem transgressões de seus direitos, o que compromete e afeta, direta ou indiretamente, as saúdes física, mental e social do grupo.

Por meio de pesquisas, tem-se conhecimento de que a violência contra crianças é igualmente difundida entre os vários segmentos da sociedade. Apesar de os dados constituírem um alerta real, essa realidade não pode ser considerada passível de medição. O fenômeno da violência contra a criança é culturalmente construído, histórico e complexo, pois

(...) por mais que se tente mapear todas as manifestações de violência contra crianças, tal esforço seria sempre incompleto, pois à medida que se avança na construção da consciência social acerca dos seus direitos, no conhecimento científico sobre as consequências de certos atos e processos, acaba-se por identificar novas formas de violência a serem enfrentadas. (DESLANDES, 2004, p. 44)

Acreditamos que a implantação de ações de formação continuada para profissionais da educação, sobre o tema da violência doméstica contra crianças, é imprescindível. Apesar da problemática da violência doméstica ser um tema emergente no contexto educacional, muitas escolas não priorizam ações de formação continuada, de participação em cursos ou mesmo de palestras sobre o assunto. Assim, as práticas a serem executadas no processo de identificação e suspeição dos casos de violência doméstica ficam comprometidas, e, em alguns casos, acontece a omissão e a banalização do problema. Essa realidade ainda continua sendo vista como uma questão a ser resolvida “entre quatro paredes”, nas famílias, contrariando as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As várias faces da violência doméstica

Inicialmente, parece simples tratar o conceito da violência doméstica. Entretanto, trata-se de um conceito de múltiplos sentidos, que envolve várias interpretações. Mesmo com a dificuldade de chegarmos a um consenso, encontramos em alguns estudos demarcações importantes para nossa discussão. De acordo com a Publicação do Ministério da Saúde (1993), a violência doméstica contra crianças e adolescentes

- é uma violência interpessoal e intersubjetiva;
 - é um abuso do poder disciplinar e coercitivos dos pais ou responsáveis;
 - é um processo que pode se prolongar por meses e até anos;
 - é um processo de completa objetualização da vítima, reduzindo-a à condição de objeto de maus-tratos;
 - é uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança;
 - tem na família sua ecologia privilegiada. Como essa pertence à esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo.
- (BRASIL, 1993, p. 11)

A violência, no interior da família, revela-se de diferentes formas, e, quando relacionada à criança e ao adolescente, costuma ser classificada como negligência, violência física, violência sexual e violência psicológica.

Entendemos que a **violência física** caracteriza-se pelo uso da força física, de forma intencional, não acidental, praticada por pais e/ou responsáveis, com o objetivo claro ou não de ferir, deixando ou não marcas evidentes. É uma das formas mais evidentemente identificadas, inclusive pelo sistema de saúde. Segundo concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também é considerado violência física (BRASIL, 2002). Nessa categoria, são comuns murros, tapas, agressões com diversos objetos e queimaduras por objetos ou líquidos quentes (RIBEIRO *et al*, 2005).

A **violência sexual** refere-se ao ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, considerado como abuso de poder, no qual se usa a criança e/ou o adolescente para a gratificação sexual de um adulto. É importante ressaltar que a criança é sempre vítima e não pode ser transformada em ré. De acordo com Sanderson (2005), a atividade na violência sexual pode envolver contato físico, incluindo atos penetrantes (por exemplo, estupro ou sodomia) e atos não penetrantes. Pode incluir atividades sem contato, tais como levar a criança a olhar ou produzir material pornográfico e a assistir a atividades sexuais ou encorajá-la a comportar-se de maneira sexualmente inapropriada.

A **Violência psicológica** refere-se a:

- rejeitar: quando o adulto não aceita a criança, não reconhece o seu valor, nem a legitimidade de suas necessidades;
- isolar: o adulto afasta a criança ou o adolescente de experiências sociais habituais à idade, impedindo-a de ter amigos e fazendo-a crer que ela ou ele está só no mundo;
- aterrorizar: o agressor instaura clima de medo, faz agressões verbais à criança, atemoriza-a e fá-la crer que o mundo é hostil;
- ignorar: o adulto não estimula o crescimento emocional e intelectual da criança ou do adolescente;
- criar expectativas irreais ou extremadas sobre a criança e o adolescente;
- corromper: ato de o adulto induzir a criança ou o adolescente à prostituição, ao crime, ao uso de drogas. (BRASIL, 1993, p. 13)

A **Negligência** é compreendida como a ação familiar de se “omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente seus filhos, medicá-los, educá-los e evitar acidentes” (BRASIL, 1993, p. 14).

No que se refere às diferentes formas de violência doméstica (física, sexual, psicológica, negligência/abandono), é necessário destacar que crianças e adolescentes estão expostos a mais de uma forma de violência e, de forma geral, são vítimas dessas concomitantemente. Dificilmente, a criança sofre um único tipo de violência.

De acordo com Avanci *et al* (2010), várias formas de violência doméstica, como vimos nos parágrafos anteriores, podem ocasionar prejuízos físicos, psicológicos, cognitivos e emocionais, distorcendo os sentimentos e a maneira de crianças e adolescentes lidarem com os problemas. As crianças menores são as mais vulneráveis à violência no âmbito familiar, enquanto os adolescentes estão sujeitos à violência no local e no ambiente em que moram.

Conviver em meio ao conflito é tão danoso para a criança ou o adolescente quanto às situações em que ele próprio é alvo. No caso de crianças e adolescentes que presenciam a violência entre seus pais, a percepção e o aprendizado dessa forma de se relacionar pode ter como consequência a falta de limites, de capacidade de negociação, de sentimento de perigo permanentemente e de culpa. [...] a maior parte dos casos de violência contra crianças e adolescentes tem forte impacto na sua vida e em seu desenvolvimento, podendo inclusive levar à morte. (AVANCI *et al*, 2010, p. 180)

Ristum (2010) ao fazer referência sobre o reflexo da violência doméstica contra crianças no ambiente educacional mostra que a) a violência oriunda do contexto familiar influencia expressivamente no ambiente escolar; b) educandos que sofrem violência doméstica apresentam dificuldades em avaliar o que é justo e o que é violência; c) crianças cujos pais empregam o uso da força como meio de disciplina apresentam mais dúvidas em relação à sua capacidade de autocontrole do que crianças não castigadas fisicamente.

A ação da escola perante a violência doméstica contra crianças

A escola tem sido mencionada e apontada como uma instituição que influencia significativamente o desenvolvimento e o comportamento de crianças e adolescentes, sendo capaz tanto de potencializar riscos, quanto de resguardar seus alunos. Um relacionamento democrático e apoio entre professores, alunos e funcionários, a abertura à comunidade e a gestão colegiada e participativa são elementos fundamentais de escolas bem-sucedidas no enfrentamento da questão em tela.

O desafio que se coloca nos tempos atuais é conceber a escola

como espaço de construção – e por isso dinâmico-, associado à ideia do humano, que permeia o fazer educativo. A tarefa da escola é trabalhar com as relações interpessoais, pedagógicas e institucionais. Na escola há o existir, a existência humana. Não nascemos humanos, mas

nos tornamos humanos na prática social da qual a escola faz parte, humanizando-nos uns aos outros. Nessa perspectiva, a formação continuada de professores, articulada aos fazeres da e na escola, além de uma formação compartilhada, é também uma autoformação, uma vez que os professores reelaboram os seus saberes em experiências cotidianamente vivenciadas. (FELDMANN, 2009, p.79)

Entendemos que para tomar a escola como objeto de estudo é necessário compreender a sua multidimensionalidade e complexidade, abordando-a como comunidade educativa, espaço institucional que se constrói na tensão dialética entre seus determinantes endógenos e exógenos.

Na contemporaneidade, o papel da escola é “atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender, nas melhores condições possíveis, no cenário social”. Da mesma forma, envolve, também, preparar os educandos para refletir criticamente e conduzir-se democraticamente em uma sociedade não democrática (GIMENO SACRISTÁN & PÉREZ GOMÉZ, 1998, p. 22-24).

Sanderson (2005) destaca a escola como instituição fundamental na prevenção da violência contra crianças. Para a autora, as crianças, muitas vezes, têm mais contato com professores do que com seus pais ou outros adultos. Dessa forma, as escolas são apontadas como locais que devem ser seguros, com capacidade para estimular o debate sobre a violência, portando recursos para auxiliar as crianças a compartilharem suas experiências, sem que essas sejam estigmatizadas.

Ristum (2010) faz referência a diferentes pesquisas demonstrando que é inviável tentar compreender a violência doméstica quando desconectada do tripé escola, família e comunidade. Crianças que habitam ambientes em que a violência é frequente e que o risco é contínuo podem ser submetidas ao *stress*, o que tem grandes possibilidades de refletir no resultado escolar. A autora descreve um programa de formação docente no qual o objetivo é formar os profissionais da educação de modo a identificar a violência doméstica e fazer uso dos recursos que têm disponíveis. Outra questão destacada é a habilidade do educador de trabalhar com crianças, pais e colegas de profissão. Nesse programa, a meta é reconhecer o valor do educador e investir em sua formação, entendendo, assim, que a escola é um espaço de potencial propício à criação de táticas para o combate à violência doméstica.

Diante dessa realidade, nossa expectativa é que a escola possa desenvolver, de acordo com Ristum(2010):

- discussão com pesquisadores e especialistas sobre a problemática da violência doméstica na formação continuada, utilizando pesquisas relacionadas à temática;
- debates sobre conceito de violência doméstica, legislação de proteção a crianças e adolescentes (principalmente o ECA), fatores causais, gravidade e danos produzidos pela violência doméstica;

- formar profissionais quanto a ações a serem tomadas no processo de identificação ou suspeição de casos de violência, quais os caminhos possíveis e as melhores medidas de atuação visando o bem estar de crianças e adolescentes.

Contudo, entendemos que a violência doméstica é um problema social e complexo que exige o envolvimento de diferentes instituições sociais de maneira integrada. É essencial desenvolver uma cultura de parceria e relações entre os serviços de rede educacional, de assistência e proteção a fim de atender e administrar os casos de violência doméstica contra crianças.

A violência doméstica e as implicações para a formação de professores

O termo formação é polissêmico. Abrange vários sentidos e significados, dependendo da visão dos autores, das concepções, posições ideológicas e dos contextos tomados como objeto de investigação. Emprestamos o conceito de (MATTOS,1999, p. 8) quando nos explicita que formação se constitui principalmente pela

(...) valorização da experiência vivida como um processo intersubjetivo, cujos ingredientes, materiais e simbólicos, revelando, embora, dos contextos sócio-institucionais que constituem a a matéria-prima da formação, representam as condições de possibilidades para sua própria transformação, quando refletidos como objectivados nos próprios contextos sócio institucionais e práticas de trabalho de que são simultaneamente, condição e emanação.

Quando nos referimos à formação docente, várias inquietudes e perplexidades se fazem presentes à medida que se mostra sempre presente em nossos estudos e pesquisas a busca pelo significado do que é ser professor no mundo de hoje. Professor- aquele que professa valores, concepções, ideias e atitudes na perspectiva da transformação e junto com outros compartilha relações, projetos coletivos de leitura ao interpretar e reinterpretar os sentidos do conhecimento e da existência humana. Nessa perspectiva tomamos a escola como objeto constitutivo do “ser professor”, à medida que a sua identidade pessoal e profissional é também construída por uma série de significados e símbolos cotidianamente vivenciados no espaço escolar. O processo de formação dos professores caminha junto com a produção da escola, à medida que os mesmos em suas ações educativas lidam com a apropriação do conhecimento sistematizado, os significados da cultura, os saberes escolares e a dinâmica da própria organização do ambiente de trabalho.

Nesse sentido ao situarmos os conflitos e tensões vividos pelos professores queremos enfatizar que qualquer ação pedagógica projetada para enfrentamento e/ou superação da violência contra a criança e jovens, mostra-se necessário discussões, produção de teorias sobre as necessárias articulações entre as demandas da sociedade contemporânea e as mudanças de ordem social e

epistemológica que se abrem em novos compromissos ético-pedagógicos a serem assumidos pelos pensam e fazem a educação e a escola brasileira.

O professor desenvolve a dimensão de formador e formando a partir do momento em que tem a possibilidade de refletir no intercâmbio de experiências e na socialização de saberes junto com os sujeitos envolvidos. O processo de formação de professores caminha junto com a produção da escola, em construção, por meio de ações coletivas, desde a gestão, as práticas curriculares e as condições concretas de trabalho vivenciadas.

Neste horizonte de possibilidades e em colaboração mútua, os professores podem criar e recriar os conhecimentos necessários a uma prática inclusiva, a partir das situações-problemas relativas à questão da violência doméstica considerando as “diversidades e multiculturalidades presentes nos cotidianos escolares” (FELDMANN, 2009, p. 78).

Embora o tema da violência doméstica não seja abordado no contexto de formação docente com frequência, o problema acarreta inúmeras dificuldades para o ambiente escolar. É certo que a escola não está isenta dos reflexos e consequências da violência; tampouco deixa de colaborar para que crianças sejam vítimas de desigualdades e formas de tratamento indevidas.

Na visão de Ristum (2010), os alvos de formação de profissionais referentes ao enfrentamento e à prevenção da violência doméstica, contra a criança têm sido localizados na área de saúde em detrimento da área educacional. Os profissionais da área de educação, além de obterem escassa informação sobre a violência doméstica, desconhecem também a legislação de proteção à criança (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA).

O próprio ECA demonstra a importância dos profissionais da educação estarem capacitados para que sejam capazes de assumir atribuições de prevenção e combate à violência, como está regulamentado no artigo 245, que diz:

[...] deixar o médico, professor ou responsável pelo estabelecimento de atenção à saúde de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente terá como pena o pagamento de uma multa de três a vinte salários mínimos de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (ECA, cap. II, artigo 245).

Existe uma separação a ser superada entre o princípio legal do Estatuto da Criança e do Adolescente e a ação dos diferentes profissionais que se defrontam com a realidade da violência contra a criança. Esses profissionais “nem sempre estão preparados para assumir tais atribuições” (RISTUM, 2010, p.237) aponta que, de forma escassa, instituições, dentre elas, a escola, não estão instrumentalizadas para desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento, seja remediativa ou preventivamente.

Vagostello (2003), em um estudo realizado sobre a capacidade de a escola pública identificar situações de maus-tratos domésticos, utilizando uma amostra

com 90 profissionais (professores e diretores), constatou que os profissionais conseguem identificar casos e características de maus-tratos domésticos; entretanto, não são capazes de resolvê-los adequadamente. Para ela, esse procedimento pode colocar ainda mais em risco a integridade das vítimas.

A questão da violência doméstica é tratada com temor na escola e os profissionais da educação ainda não demonstram preparo para tratar desse problema. Em outro estudo, Vagostello (2006) verifica as práticas de escolas públicas e privadas, perante a identificação de casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Na pesquisa, realizada em escolas localizadas na cidade de São Paulo, com um total de 149 profissionais, em 17 instituições, constatou-se que os profissionais da educação, participantes da pesquisa, conseguem identificar os casos de maus-tratos que envolvem seus alunos, mas não conduzem esses casos às autoridades competentes.

Outro ponto importante indicado pelos estudos realizados é que o programa de ações voltadas ao enfrentamento de maus-tratos contra crianças precisa ser definido pela equipe docente no ambiente escolar. Dessa forma, é importante que aconteça a formação dos professores e de outros profissionais do contexto escolar para enfrentar os maus-tratos contra esse público.

Percebemos que não existe um padrão a ser adotado em todas as ocasiões de violência; as atitudes e sequências a serem seguidas mudam de acordo com as características da mesma, a faixa etária da criança, as peculiaridades da família, as condições existentes na escola, o alcance da rede de proteção local e os riscos da comunidade da qual a instituição escolar faz parte.

O educador pode dialogar com o aluno, assim que o discente sentir-se preparado para conversar e que possua condições emocionais para esse momento. Após a escuta dos alunos, o educador necessita analisar a “conveniência” e a “necessidade” de falar com os “responsáveis”. A conversa com a família necessita de um planejamento prévio e da presença de um pedagogo, diretor ou psicólogo. Durante esse contato, é importante verificar se é possível construir um diálogo em relação à temática.

Em situações onde se constata a existência da violência, a escola deve decidir qual atitude deva ser tomada e comunicar a família e a criança. Até mesmo quando a instituição escolar escolhe notificar o ocorrido ao conselho tutelar, a escola tem de acompanhar de perto o aluno e, conforme possível, os responsáveis, desempenhando, assim, sua tarefa de resguardar e acompanhar o episódio.

Compreendemos que o contexto escolar não pode resolver todos os casos de violência doméstica. No entanto, a escola tem possibilidades, por meio do esforço coletivo dos profissionais ali presentes, de criar e reconstruir paradigmas, concepções e conceitos, bem como construir práticas que podem levá-la a modificar o cenário da violência que atinge inúmeras crianças e adolescentes. Por outro lado existe grande necessidade de investimento na formação continuada de professores, em relação à temática, para que os profissionais tenham consciência de que sempre serão capazes de contribuir com casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e/ou adolescentes.

Por fim, acreditamos que a formação de professores trará grandes contribuições ao enfrentamento da violência doméstica contra crianças, quando,

de acordo com Feldmann (2009), essa prática partir do “chão da escola”, de suas interações e conflitos, e não no simples exercício de dar respostas prontas aos problemas e inquietações vividas pelos alunos. O autor ainda explicita que a efetivação de mudanças no contexto escolar só acontece em virtude da construção de um projeto político pedagógico coletivo, o qual deve estar visceralmente articulado com os projetos existenciais das pessoas que vivem e convivem em determinados espaços, os quais, ao serem explicitados revelam seus valores, concepções, angústias dando sentido e contorno ao seu fazer educativo, contribuindo assim para a sua formação a partir da formação do outro.

Referências

- ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.
- AVANCI, J. Q *et al.* Reflexões sobre promoção da saúde e prevenção da violência doméstica. In: ASSIS, S. G; CONSTATINO, P; AVANCI, J. Q. (Orgs.) **Impactos da violência na escola**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço. **Caderno de Atenção Básica nº 8**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência contra a criança e o adolescente**. Proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica. Brasília, 1993.
- BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em psicologia**. v. 7, n. 2, p.1-10, 2003
- DESLANDES, S. F. Redes de proteção social e redes sociais: uma práxis integradora. In: LIMA, C.A. (Coord.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- FELDMANN, M. G. Formação de professores e cotidiano escolar. In: FELDMANN, M. G (Org.). **Formação de professores e a escola na contemporaneidade**. São Paulo: SENAC, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIMENO SACRISTÁN, J; PÉREZ GOMÉZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- LYRA, G. F. D *et al.* Quando a violência escolar chega até a escola. In: ASSIS, S. G; CONSTATINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.) **Impactos da violência na escola**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.
- MATTOS, M. S. **Teorias e Práticas de Formação: Contributos para a Reabilitação do Trabalho Pedagógico**. Porto: ASA, 1999.
- RIBEIRO, M. M. *et al.* Violência doméstica: a realidade velada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 114-125, 2005.
- RISTUM, M. A violência doméstica contra criança e implicações da escola. **Temas de Psicologia**. v. 18, n. 1, p. 231-242, 2010.
- SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M. Books, 2005.
- VAGOSTELLO, L. Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo. **PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora**, v. 7, n. 1, p. 87-94, 2006.
- VAGOSTELLO, L. *et al.* Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo. **Paidéia**. v. 13, n. 26, p. 191-196, 2003.